Agrícola Almeida S.A.

CNPJ/MF nº 51.482.461/0001-89 - NIRE 35300665597

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Agrícola Almeida S.A., vem apresentar a V.Sas. O Balanço Patrimonial encerrado em 31/03/2025 e as respectivas demonstrações financeiras, As demonstrações financeiras para o período findo em 31/03/2024 são apresentadas para efeito comparativo. Para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, ficamos a disposição dos Senhores Acionistas em nossa sede social na Fazenda Vista Alegre, Bairro Pinhal s/n, no Município de Itapetininga-SP, no qual encontram-se arquivadas as demonstrações financeiras completas.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024 *(Em milhares de reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota	31/3/2025	31/3/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7	5
Contas a receber		58	58
Estoques	5	2.995	4.177
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.222	3.122
Ativo biológico	7	51.381	33.802
Outras contas a receber	8	964	942
Total do Ativo Circulante		**56.627**	**42.106**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber com parte relacionada	14	–	3.198
Outras contas a receber	8	211.649	53.035
Impostos e contribuições a recuperar	6	8.919	7.795
Depósitos judiciais		213	1.501
IRPJ e CSLL diferido	16	–	154.254
Investimentos		262	262
Imobilizado	9	117.397	106.132
Total do Ativo Não Circulante		**338.440**	**326.177**
Total do ativo		**395.067**	**368.283**

PASSIVO	Nota	31/3/2025	31/3/2024
Circulante			
Fornecedores	10	3.034	3.380
Obrigações sociais	11	8.472	6.256
Impostos e contribuições a recolher	12	6.997	6.375
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	13	2.510	2.202
Plano de recuperação judicial (PRJ)	23	1.377	691
Outras contas a pagar		1.461	1.222
Total do Passivo Circulante		**23.851**	**20.126**
Não circulante			
Fornecedores	10	44	80
Adiantamento de clientes – partes relacionadas	14	86.131	69.451
Partes relacionadas	14	7.452	21.266
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	13	1.305	1.842
Outras contas a pagar		3.336	238
Provisão para contingências	15	4.555	15.393
IRPJ e CSLL diferido	16	9.171	–
Provisão sobre investimentos		2.181	2.228
Plano de recuperação judicial (PRJ)	23	16.287	20.962
Resultado de exercícios futuros (PRJ)	24	50.172	50.172
Total do Passivo Não Circulante		**180.634**	**181.632**
Patrimônio Líquido	17		
Capital social		168.671	36.000
Instrumento para conversão em aumento de capital		–	648.440
Ajuste de avaliação patrimonial		14.668	14.771
Lucros (prejuízos) acumulados		7.243	(532.686)
Total do patrimônio líquido		**190.582**	**166.525**
Total do passivo e patrimônio líquido		**395.067**	**368.283**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Instrumento para conversão em aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/03/2023	**36.000**	**648.440**	**14.845**	**(511.598)**	**187.687**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(21.199)	(21.199)
Realização do custo atribuído	–	–	(111)	111	–
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído	–	–	37	–	37
Saldos em 31/03/2024	**36.000**	**648.440**	**14.771**	**(532.686)**	**166.525**
Atualização monetária instrumento conversão de capital	–	8	–	–	8
Integralização capital social	665.357	(648.448)	–	–	16.909
Redução de capital para absorção de prejuízo	(532.686)	–	–	532.686	–
Realização do custo atribuído	–	–	(157)	157	–
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído	–	–	54	–	54
Lucro do exercício	–	–	–	7.086	7.086
Saldos em 31/03/2025	**168.671**	**–**	**14.668**	**7.243**	**190.582**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	31/3/2025	31/3/2024
Receita operacional líquida	18	74.382	37.308
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(63.231)	(51.814)
Variação do valor justo do ativo biológico	7 e 19	5.808	(8.349)
Lucro (prejuízo) bruto		**16.959**	**(22.855)**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(14.938)	(13.407)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	169.398	5.844
		154.460	**(7.563)**
Resultado de participações societárias		47	(370)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		**171.466**	**(30.788)**
Receitas financeiras	20	370	73
Despesas financeiras	20	(1.815)	(1.436)
Resultado financeiro líquido		**(1.445)**	**(1.363)**
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**170.021**	**(32.151)**
IRPJ e CSLL – diferidos	16	(162.935)	10.952
Lucro (prejuízo) do exercício		**7.086**	**(21.199)**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	31/3/2025	31/3/2024
Lucro (prejuízo) do exercício	**7.086**	**(21.199)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**7.086**	**(21.199)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/3/2025	31/3/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	**7.086**	**(21.199)**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	13.929	11.772
Amortizações dos custos de entressafra, tratos e exaustão do ativo biológico	17.646	19.741
IRPJ e CSLL – diferidos	4.893	(10.952)
Resultado de equivalência patrimonial	(47)	370
Valor residual do ativo imobilizado baixado	524	9
Variação do valor líquido do ativo biológico	(5.808)	8.349
Outros ajustes	63	(3)
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	(10.838)	5.188
	27.448	**13.275**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	3.198	2.846
Tributos a recuperar	776	(2.658)
Outras contas a receber	1.183	(3.382)
Estoques	1.182	(270)
	6.339	**(3.464)**
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(382)	(2.003)
Obrigações sociais	2.216	3.409
Obrigações fiscais e parcelamentos tributários	393	(840)
Partes relacionadas	2.866	34.965
Outras contas a pagar	3.337	(153)
Resultado exercícios futuros	–	(215)
	8.430	**35.163**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**42.217**	**44.974**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(2.063)	(2.877)
Adições ao imobilizado (planta portadora)	(27.117)	(18.143)
Adições ao Ativo Biológico	(25.955)	(17.646)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(55.135)**	**(38.666)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas – recuperação judicial	–	(2.714)
Credores – Recuperação judicial	(216)	(3.594)
Integralização de capital social	13.136	–
Caixa líquidos gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**12.920**	**(6.308)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**2**	**–**
Caixa e equivalentes no final do exercício	7	5
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	5
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**2**	**–**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Agrícola Almeida Ltda. ("Empresa"), com sede na Fazenda Vista Alegre em Itapetininga, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de cana-de-açúcar. A totalidade da cana-de-açúcar cultivada é comercializada com sua parte relacionada Agroindustrial Vista Alegre S.A., por remuneração definida de acordo com o Regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana de Açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho dos Produtores de Cana Açúcar e Álcool de São Paulo (Consecana). **1.1 Situação financeira e planos da Administração:** Com o encerramento da Recuperação Judicial e a equalização das dívidas, a Agrícola Almeida Ltda. através de sua administração, tem se dedicado a estruturar um plano de crescimento e consolidação financeira, baseado na expansão do plantio, contemplando o projeto de parceria em conjunto com produtores de soja, oferecendo as áreas de reforma da Empresa em troca de novas áreas para plantio de cana-de-açúcar em áreas de soja. Dentre as principais ações já tomadas, destacam-se: **Administrativa financeira:** • Capitalização por parte dos acionistas e por conversão de dívidas em capital, no montante de R$ 648.448 • Modernização da infraestrutura de tecnologia da informação (TI), abrangendo também implantação de ERP contábil/fiscal e financeiro, em andamento; • Projeto de renovação da frota, com troca de 6 colhedoras e 29 caminhões; • Criação de um Comitê de Riscos de mercado e da implantação da política de riscos de mercado; e • Programa de treinamento continuado dos colaboradores. **Operacional:** • Aumento expressivo dos investimentos em reforma e plantios de novos canaviais; • Mapeamento e arrendamento de novas áreas para plantio de cana; • Utilização de micronutrientes e hormônios objetivando o aumento da produtividade agrícola; • Intensificação do controle de pragas e doenças do canavial; • Implantação de projeto para aplicação de vinhaça localizada; e • Redução de pisoteio no processo de colheita. **1.2 Recuperação Judicial:** Tendo em vista que a Empresa cumpriu com todas as obrigações previstas no Aditivo do Plano de Recuperação Judicial, aprovado e homologado, com vencimento em até dois anos completados da concessão da Recuperação Judicial, foi solicitado ao Juízo da RJ o seu encerramento. O Administrador Judicial e o Ministério Público opinaram pelo encerramento da Recuperação Judicial. Assim em 20/06/2023, foi proferida, pelo Juízo da Recuperação Judicial a sentença de encerramento do processo de Recuperação Judicial. As fases estabelecidas para plano de Recuperação Judicial, foram: • Em 01/09/2017, a Empresa ingressou com o pedido de Recuperação Judicial; • Em 15/09/2017, foi proferida decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial; • Em 23/09/2019, em Assembleia Geral de Credores (AGC), foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial; • Em 07/10/2019, o Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial; • Em 20/06/2023, foi proferida, pelo Juízo da Recuperação Judicial a sentença de encerramento do processo de Recuperação Judicial; e • Em 08/08/2023 a sentença transitou em julgado, certificando que o processo foi baixado definitivamente no sistema. **2. Apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras: 2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Empresa na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Empresa continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Empresa em 24/11/2025. **2.2 Bases de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativa e julgamento :** A preparação das Demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Administração da Empresa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas: • **Notas explicativas nº 7** - Valor justo dos ativos biológicos; • **Notas explicativas nº 8** - Recuperação dos ativos de longo prazo *("impairment")*; • **Notas explicativas nº 9** - Vida útil dos ativos imobilizados; • **Notas explicativas nº 16** - IRPJ e CSLL diferidos; • **Notas explicativas nº 15** - Provisão para contingências Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Empresa. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.5 Mensuração do valor justo:** Algumas políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Empresa. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para os ativos e passivos idênticos. • **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos do Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços). • **Nível 3** - *inputs*, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Empresa é classificada como nível 1 e nível 2. **3. Políticas contábeis materiais:** O resumo das políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **3.1 Instrumentos financeiros: i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa é parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii) Classificação e mensuração subsequente**: **Ativos financeiros - classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida, ou ao VJORA - instrumento patrimonial ou ao VJR (valor justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir, e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Seus termos contratuais gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **iii) Desreconhecimento**: **Ativos financeiros:** A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Empresa nem transfere, nem mantém, substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente quase todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação de ativos e passivos financeiros**: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. **vi) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*"impairment"*) :** Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo por meio de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de *"impairment"* na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência de que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento serão impactados. Evidência objetiva de *"impairment"* poderia incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; • Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; • Quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou recuperação judicial; • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. Para certas categorias de ativos financeiros como contas a receber de clientes e outros recebíveis, a provisão para perdas é calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Para os ativos financeiros mensurados ao valor de custo amortizado, o valor do "*impairment"* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros compatível aplicada no mercado financeiro. Quando uma duplicata a receber é considerada irrecuperável, é baixada contra a conta de provisão para perdas. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas contra a conta de provisão. As mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas em lucros e perdas. Para os ativos financeiros mensurados ao valor de custo amortizado, o valor do "*impairment*" corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros compatível aplicada no mercado financeiro. **Baixa de ativos financeiros** A Empresa baixa um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando a Empresa transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para um terceiro. Se a Empresa não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade e continua a controlar o ativo transferido, reconhece a participação sobre o ativo e um respectivo passivo com base nos montantes que terá de pagar ao terceiro. Se a Empresa retém todos os riscos e retornos sobre a propriedade de um ativo financeiro transferido, a Empresa continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos. **3.2 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos e, quando aplicável, para perdas na realização dos adiantamentos a fornecedores são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.3 Ativo biológico:** Os ativos biológicos correspondem às plantações de cana-de-açúcar destinadas para produção de açúcar e etanol. Os ativos biológicos são reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda. A metodologia adotada pela Empresa para satisfazer essa exigência de cálculo é o fluxo de caixa descontado. As principais premissas de cálculo do valor justo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7. A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Administração, sendo o ganho ou a perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no exercício em que ocorrem. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no final do período avaliado. **3.4 Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção e reduzido ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário. Em 31/03/2010, a Empresa optou por registrar o valor justo dos seus bens como custo atribuído aos itens de ativo imobilizado. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que implicam prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil econômica dos ativos e os itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos como despesas, quando realizados. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **3.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente puder ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo e o contábil, diminuído dos custos a incorrer pela venda ou pelo uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Para o exercício findo em 31/03/2025 e de 2024, não houve necessidade de constituição de provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável. **3.6 Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar uma obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos trabalhistas, especificamente, está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Empresa e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **3.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores de custo, deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização (ativos), e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais. Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária são atualizados até a data do balanço, assim como os ativos e passivos contratados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor naquela data. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. **3.8 IRPJ e CSLL:** A despesa com IRPJ e CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **a Impostos correntes:** A provisão para IRPJ é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$ 240. A CSLL é

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/12/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Agrícola Almeida S.A.

calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **b Impostos diferidos:** Constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados o IRPJ e a CSLL diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros. O IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. **3.9 Reconhecimento da receita :** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos agrícolas é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa, (iii) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos agrícolas é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida, uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. **3.10 Novas norma contábeis e interpretações:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. **Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Empresa** : Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 01/04/2024 foram analisadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa. **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não efetivadas**: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **a) Alteração ao CPC 02 (IAS 21) – Falta de conversibilidade:** Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2025. A Empresa não espera impactos significativos nas suas Demonstrações financeiras. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2025. A Empresa não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. **b) Alterações ao CPC 40 e CPC 48 (IFRS 7 e IFRS 9) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** As alterações à IFRS 7 estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo. As alterações à IFRS 9 estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ESG). Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. **c CPC 26 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:** Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das Demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. As principais alterações da norma são: (i) Novas categorias e subtotais na demonstração de resultados: operacional, investimento e financiamento; (ii) Divulgação em notas explicativas sobre medições não-contábeis utilizadas pela Empresa (como EBITDA, dívida líquida, entre outras); e (iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027, quando substituirá a IAS 1 (CPC 26).

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/3/2025	31/3/2024
Caixa e saldos bancários	7	5
	7	**5**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras de liquidez imediata são conversíveis em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas preponderantemente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados pelas taxas médias praticadas no mercado financeiro, com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Empresa.

5. Estoques:

	31/3/2025	31/3/2024
Matéria–prima (insumos agrícolas)	1.133	1.888
Combustíveis e lubrificantes	15	14
Materiais diversos de manutenção	778	662
Despesas de entressafra agrícola	1.069	1.613
	2.995	**4.177**

As despesas de entressafra referem-se a gastos incorridos na manutenção de equipamentos agrícolas fora da temporada, que são acumulados no decorrer da entressafra para alocação ao custo da produção agrícola na safra seguinte.

6. Impostos e contribuições a recuperar:

	31/3/2025	31/3/2024
ICMS **(i)**	9.544	8.636
Pis e COFINS	482	2.168
Compensações de Ofício – RFB	92	90
Outros	23	23
	10.141	**10.917**
Circulante	1.222	3.122
Não circulante	8.919	7.795

(i) Parte substancial do saldo, no montante de R$ 8.919, refere-se a ICMS na aquisição de insumos, sob processo de ação declaratória contra a Fazenda do Estado de São Paulo, relativo à sistemática limitante do IVA (índice) aplicado ao levantamento de saldo credor de ICMS em crédito acumulado. **7. Ativos biológicos:** O ativo biológico da Empresa compreende o cultivo e plantio de cana-de-açúcar para abastecimento de matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Em 31/03/2025, a Empresa possui 5.258 hectares (4.622 hectares em 31/03/2024) de áreas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal, que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira. Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos pela planta de produção (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. **Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:** O valor justo das lavouras formadas de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas: • Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar total recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; • Saídas de caixa representadas pela estimativa de: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais da cana soca); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado em cada ano, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo não circulante tendo como contrapartida "Variação do valor justo dos ativos biológicos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar e proporcionalmente a produtividade esperada nas safras. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras, sendo revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das Demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	31/3/2025	31/3/2024
Área estimada de colheita (em hectares)	5.258,92	4.622.48
Rendimentos previstos (em toneladas de cana–de–açúcar por hectare)	91,36	65,76
Quantidade total de açúcar recuperável (em quilo por tonelada de cana–de–açúcar)	137,37	129,56
Valor de um quilo de total de açúcar recuperável (em R$)	1,3518	1.2834

a. Composição:

			31/3/2025	31/3/2024
	Custo	Baixa por Colheita acumulada	Líquido	Líquido
Ativo biológico (cana–soca)	43.601	(17.646)	25.955	17.646
Depreciação cana planta	28.434	(12.486)	15.948	12.486
Variação do valor justo	9.478	–	9.478	3.670
	81.513	**(30.132)**	**51.381**	**33.802**

b. Movimentação do ativo biológico:

	31/3/2024	Adições	Amortização	Variação do Valor justo	31/3/2025
Ativo biológico (cana–soca)	17.646	25.955	(17.646)	–	25.955
Depreciação cana planta	12.486	15.948	(12.486)	–	15.948
Variação do valor justo	3.670	–	–	5.808	9.478
	33.802	**41.903**	**(30.132)**	**5.808**	**51.381**

	31/03/2023	Adições	Amortização	Variação do Valor justo	31/3/2024
Ativo biológico (cana–soca)	19.741	17.646	(19.741)	–	17.646
Depreciação cana planta	–	12.486	–	–	12.486
Variação do valor justo	12.019	–	–	(8.349)	3.670
	31.760	**30.132**	**(19.741)**	**(8.349)**	**33.802**

A Empresa está exposta a uma série de riscos relacionados aos seus ativos biológicos - lavouras de cana-de-açúcar, conforme a seguir: **b.1 Riscos regulatórios e ambientais:** A Empresa está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Empresa estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. **b.2 Riscos de oferta e demanda:** A Empresa está sujeita aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de cana-de-açúcar. Quando possível, a Empresa faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. **b.3 Riscos climáticos e outras:** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Empresa têm processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar e etanol depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada. O rendimento da safra e o teor de sacarose da cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas tem causado volatilidade na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais da Empresa, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das comodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a Empresa irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. Adicionalmente, os negócios da Empresa estão sujeitos a sazonalidade operacional de acordo com o ciclo vegetativo e de desenvolvimento da cana-de-açúcar no período de maio a novembro de cada ano (ciclo de colheita notadamente da região Centro-Sul do Brasil).

8. Outras contas a receber:

	31/3/2025	31/3/2024
Mútuo de créditos fiscais com partes relacionadas (nota explicativa n° 14)	211.649	53.035
Adiantamentos a fornecedores diversos	964	942
	212.613	**53.977**
Circulante	964	942
Não circulante	211.649	53.035

9. Imobilizado: a Composição:

			31/3/2025	31/3/2024	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	(%)
Edificações e dependências	1.529	(402)	1.127	1.149	1,24
Equipamentos e instalações	2.894	(1.561)	1.333	1.333	2,01
Veículos, tratores e implementos	50.235	(35.885)	14.350	14.453	2,68
Móveis e utensílios	103	(83)	20	20	3,20
Computadores e periféricos	332	(276)	56	67	4,50
Imobilizado em andamento	–	–	–	60	–
Terras	58.437	–	58.437	58.437	–
Planta portadora	290.204	(248.130)	42.074	30.905	6,06
	403.734	**(286.337)**	**117.397**	106.132	

b Movimentação do imobilizado:

Custo	Edificações e dependências	Equipamentos e instalações	Veículos, tratores e implementos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Terras	Planta portadora	Total
Saldo 31/03/2024	**1.529**	**2.626**	**51.075**	**98**	**328**	**60**	**58.437**	**263.087**	**377.240**
Adições	–	–	–	–	–	2.063	–	27.117	29.180
Transferências	–	379	1.735	5	4	(2.123)	–	–	–
Baixas	–	(111)	(2.575)	–	–	–	–	–	(2.686)
Saldo 31/03/2025	**1.529**	**2.894**	**50.235**	**103**	**332**	**–**	**58.437**	**290.204**	**403.734**
Depreciação									
Saldo 31/03/2024	**(380)**	**(1.585)**	**(36.622)**	**(78)**	**(261)**	**–**	**–**	**(232.182)**	**(271.108)**
Adições	(22)	(49)	(1.353)	(5)	(15)	–	–	(15.948)	(17.392)
Baixas	–	73	2090	–	–	–	–	–	2.163
Saldo 31/03/2025	**(402)**	**(1.561)**	**(35.885)**	**(83)**	**(276)**	**–**	**–**	**(248.130)**	**(286.337)**
	1.127	**1.333**	**14.350**	**20**	**56**	**–**	**58.437**	**42.074**	**117.397**

Custo	Edificações e dependências	Equipamentos e instalações	Veículos, tratores e implementos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Terras	Planta portadora	Total
Saldo 31/03/2023	**1.529**	**2.601**	**48.388**	**96**	**292**	**–**	**58.437**	**244.944**	**356.287**
Adições	–	–	–	–	–	2.877	–	18.143	21.020
Transferências	–	25	2.754	2	36	(2.817)	–	–	–
Baixas	–	–	(67)	–	–	–	–	–	(67)
Saldo 31/03/2024	**1.529**	**2.626**	**51.075**	**98**	**328**	**60**	**58.437**	**263.087**	**377.240**
Depreciação									
Saldo 31/03/2023	**(361)**	**(1.538)**	**(35.398)**	**(75)**	**(246)**	**–**	**–**	**(209.292)**	**(246.910)**
Adições	(19)	(47)	(1.283)	(3)	(15)			(22.890)	**(24.257)**
Baixas	–	–	59	–	–	–	–		**59**
Saldo 31/03/2024	**(380)**	**(1.585)**	**(36.622)**	**(78)**	**(261)**	**–**	**–**	**(232.182)**	**(271.108)**
	1.149	**1.041**	**14.453**	**20**	**67**	**60**	**58.437**	**30.905**	**106.132**

10. Fornecedores:

	31/3/2025	31/3/2024
Matéria–prima e insumos	84	186
Materiais e serviços	2.994	3.274
	3.078	**3.460**
Circulante	3.034	3.380
Não circulante	44	80

Os saldos de fornecedores têm a seguinte composição de vencimentos:

	31/3/2025	31/3/2024
A vencer	3.078	3.392
Vencidos em até 30 dias	–	68
	3.078	**3.460**

11. Obrigações sociais:

	31/3/2025	31/3/2024
Salários a pagar	984	853
Encargos sobre salários	4.127	2.791
Férias e 13° salário a pagar	2.044	1.599
Encargos sobre as férias e 13° salário	219	171
Funrural a recolher	1.074	821
Outros	24	21
	8.472	**6.256**

12. Impostos e contribuições a recolher:

	31/3/2025	31/3/2024
IRRF – IRPJ Retido na Fonte	130	111
ISSQN – Imposto sobre Prestação de Serviços	6.856	6.262
PIS, COFINS e CS retidos fonte – Prestação de Serviços	11	2
	6.997	**6.375**

13. Parcelamentos de tributos e obrigações sociais:

	31/3/2025	31/3/2024
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	167	423
ISS – Imposto sobre serviços	5	–
Tributos – Lei 10.522/2002 – Simplificado (RFB/PGFN) **(i)**	1.819	2.036
Tributos – Lei 13.988 de 14/04/2020 – RJ (RFB/PGFN) **(ii)**	1.798	1.547
Tributos – Estadual (taxa judiciária)	26	38
	3.815	**4.044**
Circulante	2.510	2.202
Não circulante	1.305	1.842

A Empresa vem aderindo a programas de parcelamentos oferecidos pela RFB/PGFN, com aproveitamento de benefícios referente a redução de multas, juros e encargos legais e a utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativo da CSLL para amortização do saldo devedor consolidado após as deduções legais permitidas, de débitos de contribuições previdenciárias e tributárias. (i) Excepcionalmente em 31/03/2025, a Empresa possuía 2 parcelamentos simplificado ativos junto a PGFN, adesão nos termos da Lei 10.522/2022. O parcelamento encontra-se atualizado e está sendo liquidado em seus vencimentos. (ii) Os parcelamentos da Lei n° 13.988 de 14/04/2020 encontra-se rescindidos, juntamente com demais débitos corrente dos períodos, que serão incluídos no programa da nova transação tributária de proposta individual, nos termos do Edital PGDAU 03/2025, com liquidação antecipada de saldo de transação com pagamento de 30% do saldo devedor consolidado em 12 parcelas mensais e o restante da dívida liquidada com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. Até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras não houve consolidação do novo parcelamento. **14. Transações com partes relacionadas:** Em 31/03/2025 e 2024 os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

• Composição do saldo:

Ativo não circulante:	31/3/2025	31/3/2024
Mútuo de créditos fiscais (nota explicativa n° 8) (ii):		
Indústria de bebidas Tatuzinho Ltda.	207.914	49.329
Motocana Máquinas e Implementos Ltda.	3.735	3.706
	211.649	**53.035**
Contas a receber com partes relacionadas:		
Agroindustrial Vista Alegre S.A.	–	3.198
	–	**3.198**

Passivo não circulante:	31/3/2025	31/3/2024
Mútuo com pessoa jurídica (iii)		
LB Cia Securitizadora de Créditos Financeiros	5.258	5.258
Black Rubber Ind.	2.194	2.194
Tatre Administração e Participações Ltda.	–	13.814
	7.452	**21.266**
Adiantamento de clientes (i)		
Agroindustrial Vista Alegre S.A.	86.131	69.451
	86.131	**69.451**

Sobre as transações com as Companhias relacionadas: (i) Valores a serem recebidos por conta de adiantamento para entrega futura de cana-de-açúcar, conforme contrato de parceria entre as partes, e terá como objetivo fazer frente às necessidades de fluxo de caixa da Empresa para investimento nas lavouras. **(ii)** Refere-se a cessão de créditos fiscais (prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL), conforme contratos assinados entre as partes em conformidade com Lei n° 13.496 (PERT). **(iii)** Valores referem-se a empréstimos entre as partes relacionadas em condições pactuadas entre elas. **15. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** A Empresa é parte em processos trabalhistas em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de consultores legais externos, para as causas classificadas como de risco de perda provável. A Empresa possui provisionado, em 31/03/2025 e 2024, os valores para fazer face àqueles processos cujos desfechos são considerados prováveis de perda, sendo o valor de R$ 4.555 e R$ 15.393 respectivamente. Os processos trabalhistas e cíveis com probabilidades riscos de perdas possíveis mensurados pelos especialistas é de R$ 6.848 em 31/03/2025 (R$ 43.126 em 2024). As principais causas são processos de natureza tributárias originados pelo município de Itapetininga e a União. A movimentação das provisões para riscos cíveis e trabalhistas é como segue:

	31/3/2024	Adições/baixas	31/3/2025
Riscos trabalhistas	–	(7.921)	4.437
Processos cíveis	3.035	(2.917)	118
	15.393	**(10.837)**	**4.555**

16. IRPJ e CSLL Diferidos: O IRPJ e CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuiveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. O IRPJ e CSLL tem a seguinte origem:

Ativos	31/3/2025	31/3/2024
Prejuízo fiscal e base de contribuição negativa	10.681	168.723
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	1.549	5.234
	12.230	**173.957**
Passivos		
Reserva de reavaliação e IPC	(8.597)	(8.598)
Diferenças temporárias de depreciação	(2.024)	(2.247)
Ativo – Biológico	(3.223)	(1.248)
Custo atribuído sobre imobilizado	(7.557)	(7.610)
Passivo não circulante	**(21.401)**	**(19.703)**
Diferido líquido registrado no passivo	**(9.171)**	**(154.254)**

Movimentação de impostos diferidos:

Ativos	31/3/2024	Resultado	31/3/2025
Prejuízo fiscal e base de contribuição negativa	168.723	(158.042)	**10.681**
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	5.234	(3.685)	**1.549**
	173.957	**(161.727)**	**12.230**
Passivos			
Custo atribuído imobilizado	(7.610)	53	(7.557)
Reserva de reavaliação e IPC/90	(8.598)	1	(8.597)
Diferença de depreciação societária para fiscal	(2.247)	223	(2.024)
Ativo biológico	(1.248)	(1.975)	(3.223)
	(19.703)	**(1.698)**	**(21.401)**
	154.254	**(163.425)**	**(9.171)**
Sem efeito no resultado	**–**	490	**–**
Valor Líquido	**154.254**	**(162.935)**	**(9.171)**

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: As quotas são assim distribuídas em 31/03/2025 e de 2024:

	Agrícola Almeida Ltda				Participações *em*			
	31/03/2025				31/03/2024			
Acionistas	**Quotas**	**%**	**Em R$**	**%**	**Quotas**	**%**	**Em R$**	**%**
Tavares de Almeida Participações S.A.	399.500	14,984%	8.647	5,126%	399.500	99,875%	35.955	99,875%
Agroindustrial Vista Alegre S/A	–	–	–	0,000%	500	0,125%	45	0,125%
Tatre Administração e Participações Ltda	187.876	7,046%	4.066	2,411%	–	0,000%	–	0,000%
Talavus Cons em Gestão Empresarial e Participações Ltda	500	0,019%	11	0,006%	–	0,000%	–	0,000%
LB – Cia Securitizadora de Créditos Financeiros	2.077.683	–	155.896	–	–	0,000%	–	0,000%
Unimed Sul Paulista Cooperativa de Trabalho Médico	482	–	36	0,000%	–	–	0,000%	–
	–	–	–	–	–	–	–	–
Vidal a Mendes Assessoria Empresarial Ltda	195	–	15	–	–	0,000%	–	0,000%
	2.666.236	**22,05%**	**168.671**	**7,54%**	**400.000**	**100,00%**	**36.000**	**100%**

b) Alterações societárias e aumento de capital: Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 30/12/2024, foi deliberado aumento de capital social mediante admissão da sócia Tatre Administração e Participações Ltda., no valor de R$ 16.909, mediante utilização de créditos anteriormente constituídos em antecipação a futuro aumento de capital e aportes realizados durante o exercício. Este evento societário, teve seu protocolo perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 30/12/2025, e seu efetivo registro se deu em 03/06/2025. Adicionalmente, em 30/03/2025, foi deliberado novo aumento de capital social no valor de R$ 648.448, mediante conversões de dívida em capital (Instrumento para conversão em aumento de capital). Em sequência, a Empresa reduziu o capital social em R$ 532.686 para absorção de prejuízos acumulados registrados em 31/03/2024. Este evento societário, teve seu protocolo perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 30/03/2025, e seu efetivo registro se deu em 05/06/2025. **c) Ajuste de avaliação patrimonial :** É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento técnico CPC 27 e a Interpretação técnica ICPC 10, líquido de efeitos tributários. Posteriormente, na medida em que os bens, objeto da atribuição do novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de ajuste de avaliação patrimonial para lucros acumulados. Os montantes são reconhecidos líquidos de efeitos tributários.

18. Receita operacional líquida:

	31/3/2025	31/3/2024
Cana–de–açúcar	75.941	38.089
Impostos	(1.559)	(781)
Receita líquida de vendas	**74.382**	**37.308**

19. Custos e despesas por natureza: A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/12/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Agrícola Almeida S.A.

	31/3/2025	31/3/2024
Consumo de matéria–prima e insumos	(14.023)	(14.291)
Salários, encargos e benefícios	(26.929)	(22.017)
Material de manutenção e consumo	(4.673)	(4.035)
Depreciação e amortização	(1.443)	(901)
Serviços de terceiros	(9.484)	(4.914)
Despesas com comunicação	(41)	(44)
Contingências trabalhistas e cíveis	–	(6.439)
Reversão de provisão para contingências trab. e cíveis	10.837	1.251
Despesas legais, jurídicas e tributárias.	(8.035)	(1.217)
Amortização do ativo biológico	(12.486)	(10.404)
Variação do valor justo do ativo biológico	5.808	(8.349)
Acordos RJ realizado com partes relacionadas	339	–
Ganhos (perdas) com programas de parcelamentos – RFB	–	(437)
Ganhos com recuperação de créditos fiscais	–	1.606
Cessão de créditos PF e BN da CSLL Transação tributária	158.586	–
Outros resultados operacionais líquidos	(367)	3.425
Outros custos e despesas	(1.052)	(960)
Total	**97.037**	**(67.726)**
Classificação		
Custos dos prod. vendidos e dos serviços prestados	(63.231)	(51.814)
Gerais e administrativas	(14.938)	(13.407)
Variação do valor justo do ativo biológico	5.808	(8.349)
Outros resultados operacionais líquidos	169.398	5.844
Total	**97.037**	**(67.726)**

20. Resultado financeiro:

	31/3/2025	31/3/2024
Outras receitas financeiras	2	73
Variação monetária ativa	368	–
Receitas financeiras	**370**	**73**
Juros de mora	(26)	(5)
Juros e multas sobre impostos pagos em atraso	(1.253)	(1.307)
Variação monetária sobre impostos	(1)	(5)
Outras despesas financeiras	(535)	(119)
Despesas financeiras	**(1.815)**	**(1.436)**
Resultado financeiro líquido	**(1.445)**	**(1.363)**

21. Instrumentos financeiros: 21.1 Gestão de risco financeiro: 21.1.1 Fatores de risco : As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Empresa possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. **a. Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **a.1 Risco de liquidez:** É o risco de a Empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Tesouraria. **22. Benefícios a empregados: a. Bônus negociação acordo coletivo:** A Empresa possui programa de bônus aos seus colaboradores, negociado por meio dos sindicatos dos trabalhadores, cuja vigência inicia em 01º de maio de cada ano, tendo iniciado no exercício de 2010/2011. Em 31/03/2025 e março de 2024, a Empresa não registrou bônus. **b. Outros benefícios** A Empresa provê a seus empregados (trabalhadores rurais) seguro de vida em grupo enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tal benefício é custeado totalmente pela Empresa. A concessão deste benefício obedece ao regime de competência e a concessão deste cessa ao término do vínculo empregatício.

23. Plano de Recuperação Judicial - PRJ:	31/3/2025	31/3/2024
Credores – Trabalhistas	380	416
Credores – Garantia real	4.069	4.072
Credores – Quirografários	9.339	9.338
Credores – ME e EPP	2.323	2.369
Credores – Estratégicos	1.553	1.685
Credores – Partes relacionadas	–	3.773
	17.664	**21.653**
Circulante	1.377	691
Não circulante	16.287	20.962

24. Resultado de exercícios futuros – PRJ:	31/3/2025	31/3/2024
Instituições financeiras	21.532	21.532
Fornecedores de materiais e serviços	28.329	28.329
Fornecedores de cana e parcerias agrícolas	311	311
	50.172	**50.172**

A diferença entre os valores registrados contabilmente da dívida e o valor habilitado e homologado no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), proporcionaram um ganho, todavia estes valores não foram reconhecidos no resultado no momento da ocorrência pois a Administração entende que existem outras partes além da Empresa, que fazem parte das transações financeiras (avalistas, garantidores etc.) que podem vir a requerer o pagamento da dívida, assim sendo os ganhos teriam que ser revertidos e, portanto, o reconhecimento dos ganhos se dará definitivamente no momento da liquidação financeira da dívida. De acordo com avaliação técnica e práticas contábeis vigentes, essa receita deveria ter sido reconhecida no resultado do mesmo exercício social ao da homologação do plano de recuperação judicial. **25. Eventos subsequentes:** Em 03/06/2025 os sócios aprovam a transformação do tipo societário da Empresa, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima por ações, na forma dos artigos 1.113 a 1.115 do Código Civil, com correspondente alteração da denominação social, para Agrícola Almeida S.A.

A DIRETORIA

Paulo de Oliveira Camargo — **Fernando Eduardo Amado Tersi**
Carlos Alberto Vencel — **Thelma Bueno Manucci**
Edson Crispe - *Contador - CRC-1SP 134837/O-0*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos diretores da **Agrícola Almeida Ltda.,** Itapetininga SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Agrícola Almeida Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrícola Almeida Ltda. em 31/03/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Integralização de capital social com base em reserva de reavaliação:** Em 01/12/2008, a Empresa realizou a integralização de capital social no valor de R$ 24.267 mil, utilizando como origem a Reserva de Reavaliação. Contudo, conforme as disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 19.6 – Reavaliação de Ativos, essa reserva não pode ser empregada para aumento de capital ou compensação de prejuízos acumulados enquanto não for efetivamente realizada. Dessa forma, a operação não está em conformidade com os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes à época e suas atualizações posteriores. **Receita oriunda de redução de dívida:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, a Empresa mantém o saldo de R$ 50.172 mil registrado no passivo não circulante sob a rubrica "Resultado de exercícios futuros – PRJ", referente à receita oriunda da redução da dívida do Plano de Recuperação Judicial, homologada em 07/10/2019. De acordo com avaliação técnica, essa receita deveria ter sido reconhecida no resultado do mesmo exercício social ao da homologação do plano de recuperação judicial. A não reclassificação impacta a apresentação das demonstrações financeiras e implica em efeitos tributários estimados em R$ 2.333 mil relativos a tributos indiretos e R$ 17.059 mil referentes a tributos diretos. Em decorrência desse assunto, o passivo não circulante está apresentado a maior e o patrimônio líquido a menor em R$ 30.780 mil, respectivamente. **Outras contas a receber – mútuo de créditos fiscais :** Conforme mencionado na nota explicativa nº8 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31/03/2025 apresenta na rubrica outras contas a receber, valores a receber de parte relacionada, provenientes de Mútuo de Créditos Fiscais, no montante de R$ 211.649 mil. A realização desses valores em sua totalidade dependerá de novas oportunidades fiscais de utilização e de ações em conjunto das Administrações do grupo econômico do qual fazem parte, incluindo medidas para geração de resultados futuros. Até a conclusão de nossos trabalhos, a Empresa não havia elaborado uma análise sobre possível redução no valor recuperável desse ativo que poderia, de forma relevante, afetar certos elementos das demonstrações financeiras. Os efeitos desse assunto não foram determinados. **Créditos de ICMS sobre insumos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31/03/2025 apresenta na rubrica impostos e contribuições a recuperar, valores de ICMS referentes à aquisição de insumos no montante de R$ 8.919 mil, sob processo de ação declaratória contra a Fazenda do Estado de São Paulo, cuja perspectiva de perda foi avaliada pela administração e seus assessores jurídicos como possível. A realização desse saldo em sua totalidade depende do sucesso desse processo. Em decorrência desse assunto, o ativo não circulante, o resultado do exercício e o patrimônio líquido em 31/03/2025 estão apresentados a maior no respectivo montante de R$ 8.919 mil. Ênfases**: Alterações societárias e aumento de capital:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 17ª das demonstrações financeiras, que detalha os eventos societários ocorridos no exercício. Em 30/12/2024, foi deliberado, por meio de Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social, o aumento do capital social no montante de R$ 16.909 mil e, posteriormente em 30/03/2025, foi aprovado novo aumento de capital social, no valor de R$ 648.448 mil, conforme registrado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Os processos de registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) tiveram seus ingressos, respectivamente em 30/12/2024 e 30/03/2025 e seus efetivos registros respectivamente em 03/06/2025 e 05/06/2025. **Transações com partes relacionadas:** Chamamos atenção para a nota explicativa nº 14, que demonstra transações em montantes significativos e em condições específicas com partes relacionadas. A posição financeira e o resultado das transações refletem as condições estabelecidas pela Administração da Empresa e as partes relacionadas nas respectivas negociações. Caso fossem realizadas com terceiros, os resultados dessas transações poderiam ser diferentes. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31/03/2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que sobre elas emitiram relatório de auditoria datado de 10/09/2024, contendo incerteza significativa relacionada à continuidade operacional e as seguintes ressalvas: a) Integralização de capital social proveniente de reserva de reavaliação; b) participação recíproca entre controlada e coligada; c) não reconhecimento da receita sobre redução de dívida do plano de recuperação judicial; d) reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos no ativo; e e) impossibilidade de concluir sobre necessidade de ajuste de atualização monetária sobre créditos com partes relacionadas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras :** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 24/11/2025

Moore Prisma Auditoria e Consultoria Contábil
CRC 2SP024067/O-6

Octávio Bution Neto
Contador – CRC SP243568/O-1

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo